



Gerardo Magela/Agência Senado

Juristas propõem ampliar Código do Consumidor

Grupo de especialistas formado pelo Senado entregou ontem anteprojeto que inclui na legislação regras para o comércio via internet e medidas contra endividamento

Roberto Requião e Eunício Oliveira durante debate na Comissão de Justiça

Novas regras sobre direito de resposta são aprovadas pela CCJ

Comissão aprova projeto que garante direito de resposta sem ameaça à liberdade de informação

e preenche vácuo jurídico desde que o STF declarou a Lei de Imprensa inconstitucional. **6**

Líderes acertam as votações para a próxima semana

Plenário deve analisar na terça a criação de sistema de defesa civil para prevenção de desastres **3**

Mudanças adiam análise da reforma administrativa

O relator, Benedito de Lira, atualizou texto após receber 48 emendas, e membros da CCJ pediram mais tempo para avaliar as mudanças. **2**



Jane de Araújo/Agência Senado

Sarney discursando na cerimônia em que recebeu de grupo de juristas propostas para o Código de Defesa do Consumidor

Constituído pelo Senado em 2010, grupo de juristas encarregado de sugerir atualizações no Código de Defesa do Consumidor entregou ontem o relatório com as propostas ao presidente da Casa, José Sarney. Eles querem que o comércio

eletrônico faça parte da lei — pedem a proibição do envio não desejado de ofertas por *e-mail* e a obrigação de que *sites* de vendas tenham em lugar visível todos os contatos da empresa. O código é de 1990. As propostas tramitarão no Senado. **4 e 5**

Sarney apresenta balanço das atividades no Plenário e nas comissões em 2011 **2**

Estímulo ao parto normal como princípio de planos de saúde

Projeto, que passará por nova análise em comissão, garante também o direito do paciente à informação sobre sua condição. **8**



Márcia Kallume/Agência Senado

Conexão 4G terá tecnologia nacional, diz ministro **7**

Ministro Paulo Bernardo, senador Eduardo Braga e o presidente da Anatel, João Batista de Rezende

Hospital deverá ter programa para evitar erros de medicação

Projeto de lei aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais obriga hospitais a instituir também comissão de prevenção. Decisão é terminativa e só vai a Plenário se houver recurso. **8**



Presidente da CAS, Jayme Campos conversa com relatora do projeto, Vanessa Grazziotin

José Cruz/Agência Senado

Mais rigor contra falsificação de remédios

Empresas que falsificarem medicamentos ou cosméticos poderão ser interditadas por mais de 90 dias. **8**

Sarney destaca os projetos aprovados, como a prorrogação da DRU, a regulamentação da Emenda 29, a criação da Comissão da Verdade, a lei de acesso a documentos sigilosos e o novo Código Florestal

Senado publica relatório de atividades de 2011

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou ontem em Plenário a publicação do relatório de atividades de 2011, com as principais realizações legislativas da Casa e do Congresso. A versão virtual pode ser conferida no site do Senado: <http://bit.ly/relatorio2011>.

— O relatório reflete o debate dos grandes temas nacionais, sempre na busca da solução adequada para os desafios da nação — disse.

Entre os principais projetos aprovados pelo Senado em 2011, Sarney destacou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 114/11, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2015, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 121/07, que trata da regulamentação da Emenda 29, sobre percentuais a serem investidos na saúde.

Sarney apontou ações de transparência, como a criação



Presidente Sarney anuncia a publicação, que pode ser lida no site do Senado

da Comissão da Verdade (PLC 88/11) e a lei que regulamenta o acesso a documentos sigilosos, produzidos ou custodiados pelo Estado (PLC 41/10).

O projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11) e a proposta (PLC 78/11) que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) também foram lembrados.

Na área jurídica, Sarney elogiou o trabalho da comissão de juristas encarregada de modernizar o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Pela manhã, ele recebeu o relatório e os anteprojatos da comissão (veja páginas 4 e 5).

— O relatório é um instrumento de informação a todos os senadores — concluiu Sarney.

Comissão adia votação da reforma administrativa

Pedido de vista coletiva adiou por uma semana a votação da reforma administrativa do Senado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator do projeto (PRS 96/09), Benedito de Lira (PP-AL), atualizou o texto apresentado em dezembro.

Autor do substitutivo produzido por subcomissão que tratou do tema no ano passado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) foi o primeiro a pedir mais tempo para examinar as alterações.

Segundo Benedito, o Senado poderá cortar, com a reforma, despesas de R\$ 132 milhões a R\$ 140 milhões por ano. Ele confirmou que, para atender a diversos setores, foi necessário reduzir entre R\$ 8 milhões e R\$ 10 milhões o corte anteriormente proje-

tado, mas considerou o valor insignificante em relação ao que a proposta vai economizar.

As alterações foram feitas após o exame de 48 novas emendas. Ciro Nogueira (PP-PI), por exemplo, sugeriu restabelecimento de 13 cargos em comissão (de livre nomeação) para os gabinetes das lideranças partidárias e dos membros da Mesa, fora a Presidência e a Primeira-Secretaria. Foram mantidos oito cargos, o dobro do previsto em dezembro.

Também foi revisto o fim do Programa Interlegis, implantado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para promover integração e modernização do Legislativo nos âmbitos federal, estadual e municipal. Benedito disse que o rompimento do contrato

com o BID poderia provocar auditoria que talvez afrontasse interesses nacionais.

Outra medida determina novo enquadramento para a estrutura do Prodasen, que não será mais departamento, conforme o texto original de Benedito, e retoma o status de secretaria, subordinada à futura Secretaria-Geral de Administração. A Polícia Legislativa passa a ser órgão de assessoramento da Mesa.

O relatório manteve o corte de 30% no quadro de terceirizados, reduzindo em R\$ 48 bilhões o custo dos contratos.

Quanto aos cargos em comissão dos gabinetes dos senadores, foi mantido o quantitativo de 12, com possibilidade de desdobramentos para nomeação de até 55 auxiliares.



Benedito (E) apresenta à Comissão de Constituição e Justiça atualização do substitutivo da reforma administrativa

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Presidência

Cooperação para TV digital

11h O senador José Sarney participa de cerimônia de acordo de cooperação entre Senado e Câmara dos Deputados para implantação de TV digital nos estados; às 12h, recebe o presidente da Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil e conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Antônio Joaquim Rodrigues Neto; às 16h, preside a sessão plenária.

Plenário

Medidas provisórias

14h A pauta da sessão deliberativa continua trancada por duas medidas provisórias.

CRA

Crédito a produtor rural

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa projeto que estende a produtores rurais dispensa de apresentação de certidões comprobatórias de tributos e contribuições federais como requisito à obtenção de crédito junto a instituições financeiras que operam programas oficiais de incentivo ao crédito.

CI

Recondução para ANTT

9h A recondução de Mario Rodrigues Junior no cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres está na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura. A comissão deve examinar ainda projeto que obriga os fabricantes de equipamentos eletrônicos a adotar padrão bivolt em todos os produtos de uso doméstico.

CDH

Acidentes de trabalho

9h Em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a prevenção de acidentes de trabalho e a saúde do trabalhador. Entre os convidados, o coordenador da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho, Cid Roberto Pimentel, e representantes de centrais sindicais.

CPI

Tráfico de Pessoas

10h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas ouve o delegado da Polícia Federal Luis Wanderlei Pardi, além de testemunhas e supostas vítimas de tráfico de mulheres para a Namíbia.

Belo Monte

Acompanhamento permanente

10h A subcomissão temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, promove audiência pública para avaliar o estado do projeto, propor plano de acompanhamento permanente e debater o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais assumidos. Participa da audiência, entre outros, o coordenador do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, Johanness Eck.

FGTS

Plano de trabalho

11h Definição do plano de trabalho da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais.

Gestão de pessoas

Lars Graell

15h A Câmara e o Senado promovem a palestra "Vencendo desafios", com o velejador e campeão olímpico Lars Graell. O evento, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, inaugura o ciclo de palestras Gestão de Pessoas no Legislativo.

Rio+20

Conscientização

18h Audiência conjunta da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável para debater o tema "Conscientização das mudanças climáticas". Entre os convidados, estão o assessor político do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia André Lima.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das **8h30**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Na despedida, Jucá recebe elogios do governo e da oposição

Romero Jucá (PMDB-RR) despediu-se ontem do cargo de líder do governo, que ocupou por 12 anos, nas gestões de Fernando Henrique, Lula e Dilma Rousseff.

— O trabalho do líder do governo é construir convergências. Entendo que todos os senadores querem o melhor para o país — disse.

O ex-líder prometeu dedicação total à relatoria-geral do Orçamento da União para 2013 e ao estado de Roraima.

Jucá foi interrompido por elogios de 22 senadores — da oposição e do governo. O presidente do Senado, José Sarney, disse ter testemunhado a capacidade de o ex-líder obter consensos entre governistas e opositores.

Também elogiaram Jucá os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM), Renan Calheiros (PMDB-AL), Fernando Collor (PTB-AL), Paulo Paim (PT-RS), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Demóstenes Torres (DEM-GO), José Agripino (DEM-RN), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Francisco Dornelles (PP-RJ), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Armando Monteiro (PTB-PE), Valdir Raupp (PMDB-RO), Marta Suplicy (PT-SP), Gim Argello (PTB-DF), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Alfredo Nascimento (PR-AM), Eduardo Suplicy (PT-RS), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Ana Amélia (PP-RS) e Eduardo Lopes (PRB-RJ).

Partidos pedem ao TSE que libere candidatos com contas reprovadas

Dezoito partidos anunciaram apoio ao requerimento no qual o PT pede ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reveja a proibição de que candidatos com contas reprovadas concorram nas eleições de 2012. A resolução do TSE é de 1º de março.

— Até então, a lei dizia que a não aprovação das contas não era motivo de inelegibilidade. Surpreendentemente, o TSE baixou uma resolução e veio essa bomba — disse o presidente do PMDB, senador Valdir Raupp (RO).

Os partidos, explicou, não se posicionam contra toda a resolução, nem articulam movimento contra a Lei da Ficha Limpa. Dizem que estão sendo prejudicados porque não houve respeito ao princípio da anualidade das regras eleitorais.

— Que as resoluções sejam baixadas pelo menos um ano antes para dar tempo de os partidos se organizarem.

Na primeira reunião como líder do governo, Eduardo Braga faz acordo de agendamento para dar tempo de convencer os senadores a não alterar a proposta, evitando que ela tenha de voltar à Câmara

Votação da MP que tranca pauta fica para terça-feira

A MEDIDA PROVISÓRIA que tranca a pauta do Senado — MP 547/11, sobre política nacional de defesa civil e criação de sistema de informações e monitoramento de desastres — só será votada terça-feira, na véspera de perder a validade. Até lá, o governo pretende convencer os senadores a não alterar a proposta, para evitar o retorno à Câmara dos Deputados do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/12, oriundo da MP.

O foi o acordo feito ontem entre Eduardo Braga (PMDB-AM) — na primeira reunião como líder do governo —, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, o ex-líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), que é o relator do PLV 4/12.

No relatório, Casildo propõe a criação de Contribuição de Intervenção no Domínio

Econômico (Cide) específica para a Defesa Civil, com a destinação de 1% dos valores dos prêmios de seguros. Ele explica que o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), hoje direcionado à reconstrução de áreas afetadas por desastres, não funciona e nem foi regulamentado.

Segundo Casildo, quanto maiores os investimentos na prevenção de desastres, menores serão os riscos associados a esses contratos. Com o tempo, a tendência é que o pagamento de indenizações seja menos frequente e envolva valores cada vez menores.

A proposta organiza o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, prevendo a definição de competências para cada unidade da Federação e a criação de instrumentos para que a legislação trate da ocupação de áreas de risco.

Casildo disse que o projeto incorpora à legislação urbana

regras que confirmam direitos sociais assegurados pela Constituição: condiciona a expansão urbana a informações geotécnicas e assegura a destinação de locais adequados para a população de baixa renda.

O acordo mantido na reunião de lideranças também prevê para a próxima semana a votação da outra MP que tranca a pauta (548/11) — sobre abertura de crédito extraordinário de R\$ 460,5 milhões para do Ministério da Educação — e gerou o PLV 5/12.

O dinheiro será usado para bolsas de formação a estudantes e trabalhadores, devido à aprovação, pelo Senado, do projeto de lei (PLC 78/11) que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ainda não foi definido o relator do PLV 5/12. O prazo final de vigência da MP 548/11 é o próximo dia 8.



Braga abraça Jucá, a quem sucede na liderança do governo, em reunião com Vital do Rêgo, Ideli Salvatti e Casildo Maldaner

Líder da Minoria, Jayme Campos defende diálogo permanente

Jayme Campos (DEM-MT), líder da Minoria, disse ser necessário diálogo permanente entre a base do governo e a oposição. Ele elogiou a atuação de Romero Jucá como líder do governo e desejou sucesso ao novo líder, Eduardo Braga.

— O Senado não é teatro de discórdias, intolerâncias e revanches, mas é, sim, palco de convergência dos legítimos interesses da sociedade brasileira — disse Jayme.

O parlamentar enumerou alguns dos deveres da oposição, entre eles, o de apontar caminhos.

Taques critica decisão do STF de validar MPs sem parecer prévio

Pedro Taques (PDT-MT) criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) por voltar atrás em relação à inconstitucionalidade das leis provenientes de medidas provisórias aprovadas sem passar por comissão mista do Congresso.

— A decisão nos mostra a aquiescência viciada de um Poder da República, o Judiciário, sobre o outro, o Executivo — disse o senador.

Taques também elogiou na tribuna a decisão de o Ministério Público Federal oferecer denúncia contra o coronel do Exército Sebastião Curió, conhecido como major Curió, acusado de sequestro de militantes políticos na guerrilha do Araguaia.

Bancada do PR anuncia saída da base de apoio ao governo

Os sete senadores do PR anunciaram ontem que não fazem mais parte do bloco de apoio ao governo. O líder do partido, Blairo Maggi (PR-MT), relatou que “cansou” das infrutíferas negociações para indicação de ministro. O rompimento já foi informado à ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

O PR ocupava o Ministério dos Transportes até meados do ano passado, quando o presidente da legenda, senador Alfredo Nascimento, deixou o cargo sob acusações de irregularidades.

— O governo nos empurra com a barriga o tempo inteiro. Decidimos então que estamos fora — disse Blairo.

Cyro Miranda questiona previsões otimistas de Mantega

Cyro Miranda (PSDB-GO) se disse cético em relação às previsões otimistas sobre a economia brasileira que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fez em audiência na CAE.

Para o senador, a previsão de crescimento de 4,5% em 2012, sem aumento da inflação, não é compatível com a tendência de redução da taxa de juros.

Mário Couto acusa governo de mentir sobre economia

“Há poucos dias foi anunciado crescimento do PIB pouco maior que 2%, quando o governo federal propalava crescimento acima de 6%”, disse Mário Couto (PSDB-PA).

Segundo o senador, “o governo petista mente, diz que não tem inflação, e a família brasileira compra feijão e carne com inflação de mais de 50% e serviços com mais de 20%”.

Vanessa quer novas regras para divisão de royalties do petróleo

A maioria dos parlamentares, segundo Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), quer mudanças imediatas nas regras de distribuição dos royalties da exploração petrolífera brasileira.

Na opinião da senadora, a melhor forma de alterar as regras de maneira rápida e justa é a aprovação da proposta já enviada pelo Senado à Câmara (PLS 448/11).

Ângela cobra debate de novos critérios para distribuição do FPE

O Senado precisa se dedicar a debater novos critérios para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), defendeu Ângela Portela (PT-RR). Segundo a senadora, é preciso lembrar o objetivo do fundo, de combater e reduzir desigualdades. “Temos que votar, ainda neste ano, os critérios que serão usados a partir de 2013”, declarou.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sarney recebe vice-chanceler de Israel e novo embaixador da China

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem as visitas do vice-ministro das Relações Exteriores de Israel, Daniel Ayalon, e do novo embaixador da República Popular da China no Brasil, Li Jinzhang. Na pauta dos dois encontros, as relações entre os países.

O vice-chanceler Daniel Ayalon disse que Israel e Brasil compartilham história de intercâmbio nas áreas técnica, científica e tecnológica e lembrou que, em 2010, entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio entre Israel e Mercosul.

Ayalon também destacou a necessidade de ampliar acordos de cooperação técnica na área de energia. Segundo ele, a experiência do Brasil na exploração em alto mar pode contribuir com Israel, que descobriu recentemente grande reserva de gás natural na costa.

Outro tema que dominou a conversa foram os conflitos no Oriente Médio. Sarney afirmou que o Brasil é historicamente um país pacifista e deseja ver superados os conflitos na região, inclusive entre Israel e Irã.

No encontro com o embaixador chinês, Sarney e Jinzhang ressaltaram a ampliação das relações comerciais nos últimos 20 anos. O senador lembrou que, em conversa com Deng Xiaoping em 1988, o então líder chinês previu que as relações entre Brasil e China se tornariam cada vez mais estreitas. Sarney desejou boas-vindas ao novo embaixador.



Novo embaixador da China e José Sarney lembram crescimento das relações comerciais

Suplicy registra defesa de diplomata brasileiro a solução negociada para conflito na Síria

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em pronúncia ontem a entrevista do embaixador Paulo Sérgio Pinheiro, presidente da Comissão de Investigação da ONU para a Síria, publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*. Na entrevista, o embaixador se mostra contrário ao envio de armas aos rebeldes e defende solução negociada para o conflito.



Em relatório encaminhado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), Pinheiro informa que o governo sírio está aplicando punição coletiva à população.

Suplicy também lembrou a preocupação crescente em torno da ocupabilidade de guerra entre Irã e Israel, que poderia também envolver a Síria.

Gurgacz cobra mais atenção a Rondônia

Em discurso na terça-feira, Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou mais atenção do governo federal a seu estado e listou três pontos considerados urgentes: transferência dos servidores do ex-território para os quadros da União, regularização fundiária e restauração da BR-364, única ligação de Rondônia com os demais estados e cuja situação está crítica.

Petecão pede ajuda para produtores rurais

Sérgio Petecão (PSD-AC) fez, na terça-feira, apelo ao novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, para que conceda crédito especial a pequenos produtores rurais afetados por enchentes no estado. Segundo ele, mais de 2 mil produtores foram atingidos em vários municípios e os prejuízos ultrapassam R\$ 25 milhões.

Inácio Arruda quer anular decisão que cassou Prestes

Inácio Arruda (PCdoB-CE) anunciou em discurso, na terça-feira, a apresentação de projeto para que o Senado declare nula a resolução da Mesa adotada em 9 de janeiro de 1948 que extinguiu o mandato de senador de Luiz Carlos Prestes (1898-1990) após cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro.

Randolfe defende taxaço sobre capital estrangeiro

“A ausência de taxaço de Imposto de Renda sobre o capital estrangeiro que ingressa no país para lucrar com os juros altos representa grave injustiça com o trabalhador brasileiro, obrigado a descontar alíquota de 27,5% ao mês”, disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O senador defendeu o PLS 18/11, que acaba com a isenção.

Grupo foi encarregado de elaborar anteprojeto, que começará a tramitar na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor; sugestões incluem regras para o comércio pela internet

Juristas apresentam ao Senado proposta de atualização do Código do Consumidor

ONTEM, VÉSPERA DO Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, a comissão de juristas encarregada de elaborar propostas de atualização do Código de Defesa do Consumidor entregou ao presidente do Senado, José Sarney, o documento com as sugestões aprovadas pelo grupo.

O anteprojeto começará a tramitar no Senado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Os principais temas abordados pelos juristas são o comércio eletrônico, o endividamento das famílias, a oferta de crédito e os ritos processuais.

— A atualização que se propõe é cirúrgica. O Código de Defesa do Consumidor é um marco da cidadania. No entanto, passados 20 anos, precisa de atualização — disse Herman Benjamin, presidente da comissão e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Publicidade enganosa

Benjamin citou outros pontos incluídos no anteprojeto, como a proibição de publicidade que leve o comprador ao engano ou ao superendividamento. Ele explicou



Cerimônia em que comissão de juristas entregou ao Senado propostas de modernização do Código de Defesa do Consumidor, de 1990

que, entre os ajustes processuais propostos, está o que permite soluções não judiciais para os conflitos de consumo.

Sobre as atualizações referentes ao comércio via internet, explicou:

— O comércio eletrônico representa bilhões de reais. E seu crescimento é exponencial. Ele favorece o consumidor, mas, para crescer, é necessário privacidade das informações do consumidor e segurança nas transações.

Herman Benjamin lembrou que o atual código, de 1990, e outros instrumentos jurídicos de proteção do cidadão foram elaborados durante o mandato de José Sarney na Presidência da República.

Ao receber o documento, Sarney prometeu celeridade na tramitação do texto.

O presidente do Senado afirmou que a atualização é necessária para que a legislação acompanhe as mudanças nas relações entre

consumidores e comerciantes:

— O Código de Defesa do Consumidor foi uma das leis mais importantes do século 20 e colocou o Brasil na vanguarda desse tipo de legislação. Embora avançado, hoje são necessárias modificações.

A atualização do código está incluída em uma série de reformulações de códigos jurídicos — o Código Penal, o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal e o Código Eleitoral.

Grupo inclui juristas que em 1990 ajudaram a redigir código atual

A comissão de juristas foi instituída em 2010 pelo Senado para apresentar propostas de atualização do Código de Defesa do Consumidor. O grupo realizou 37 audiências públicas.

Além do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, compõem a comissão a coordenadora do Observatório do Crédito e Superendividamento do Consumidor, Claudia Lima Marques, e a professora de Direito Processual Penal Ada Pellegrini Grinover.

O promotor de Justiça de Defesa do Consumidor Leonardo Roscoe Bessa, o diretor da *Revista de Direito do Consumidor*, Roberto Augusto Pfeiffer, e o ex-desembargador Kazuo Watanabe completam a comissão.

Benjamin, Watanabe e Ada integraram, em 1990, a comissão que elaborou o projeto do atual Código de Defesa do Consumidor.

Proposta prevê ação coletiva julgada com rapidez

As propostas para o Código de Defesa do Consumidor que os juristas entregaram ontem ao Senado também tratam de questões judiciais.

O grupo propõe que, quando o dano provocado por empresário atingir consumidores em todo o país, as decisões judiciais para ações coletivas também tenham eficácia em todo o território nacional.

Os juristas sugerem medidas pro-

cessuais que agilizem o julgamento das ações coletivas. Eles apresentaram modificações pontuais na Lei da Ação Civil Pública.

— Não podemos aceitar que milhões de litígios iguais sejam julgados individualmente. Essa é a receita para não julgar e para que a justiça não seja feita. Sem um sistema adequado de tratamento massificado desses litígios, os tribunais continuarão inundados e

sobrecarregados — acrescentou Herman Benjamin, presidente da comissão.

Outra novidade que os juristas querem introduzir no Código de Defesa do Consumidor é a figura do assédio de consumo: a pressão sobre o consumidor, especialmente os mais velhos, os analfabetos e os doentes, para contratar serviço, contrair crédito ou comprar produtos.

Os principais pontos do anteprojeto

COMÉRCIO ELETRÔNICO	
▶ Criação de nova seção no CDC para cuidar do comércio eletrônico, assegurando que as informações sobre o fornecedor, inclusive endereço físico, sejam disponibilizadas em destaque e com fácil visualização, assim como o direito de receber confirmação da transação e corrigir eventuais erros na contratação a distância	
▶ Veda-se ao fornecedor de produtos e serviços o envio de spam e mensagens eletrônicas não solicitadas a consumidores com os quais não possui relação de consumo prévia ou que manifestaram recusa diretamente ou em cadastros de bloqueio	
▶ Reforça e facilita o direito de arrependimento em sete dias do contrato a distância	
▶ Inclui a pena de suspensão e proibição de utilizar o comércio eletrônico a fornecedor que for reincidente em práticas abusivas contra consumidores. E, se o fornecedor descumprir a pena, permite que o juiz determine o bloqueio de contas bancárias e a suspensão do repasse de pagamentos e transferências financeiras como forma de compelir o cumprimento	
SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR	
▶ Proibição de publicidade de crédito com referência a “crédito gratuito”, “sem juros”, “sem acréscimo”, com taxa zero ou expressão de sentido ou entendimento semelhante	
▶ Para a prevenção do superendividamento, impõe a concessão responsável de crédito, em que o fornecedor, além de informar, deve aconselhar o consumidor e avaliar de forma legal as condições deste repagar suas dívidas, sob pena de redução dos juros	
▶ Criação da figura do assédio de consumo , definido como pressão ao consumidor, principalmente se idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada, para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, em especial se a distância, por meio eletrônico ou por telefone, ou se envolver prêmios	
▶ Criação de procedimento intitulado “ conciliação em caso de superendividamento”, de forma a estimular a repactuação das dívidas dos consumidores em audiências conciliatórias com todos os credores, onde se elabora plano de pagamento de até cinco anos para quitar as dívidas, preservado o mínimo existencial	
APERFEIÇOAMENTO DA AÇÃO COLETIVA NA JUSTIÇA	
▶ Prioridade de julgamento	
▶ Eficácia da decisão em todo o território nacional , quando o dano ao consumidor for nacional	
▶ Medidas processuais que irão agilizar o andamento da ação coletiva	
Veja a íntegra do anteprojeto em http://bit.ly/anteprojetoCDC	

Comércio eletrônico e superendividamento são prioridades, diz presidente da CMA

Em entrevista à Agência Senado, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), disse que dará prioridade no colegiado às propostas de reformulação do CDC.

A matéria terá decisão terminativa na CMA, ou seja, não precisará passar pelo Plenário. Antes, poderá ser distribuída a outras comissões.

— A CMA, ao longo do ano passado, priorizou o Código Florestal. Neste momento, estamos trabalhando nos preparativos da Rio+20, mas asseguro que vamos também dar prioridade ao CDC. Vamos discutir as propostas mesmo antes de chegarem formalmente à CMA — afirmou.

Segundo o parlamentar, a ideia é realizar audiências públicas para garantir que as mudanças na legislação ampliem os direitos do cidadão. Ele destacou como propostas mais



Rodrigo Rollemberg quer realizar audiências públicas para debater propostas do CDC

importantes aquelas que dizem respeito à regulamentação do comércio eletrônico e ao superendividamento do consumidor.

— Precisamos garantir apenas a atualização do CDC. Não podemos permitir que haja qualquer retrocesso nos direitos do consumidor — disse Rollemberg.

Para Marta, ajustes são urgentes com o crescimento do mercado

Marta Suplicy (PT-SP) apontou, como temas mais importantes da reforma do CDC, o comércio eletrônico, o endividamento das famílias e a oferta excessiva de crédito aos consumidores. A senadora também destacou a incorporação ao texto do anteprojeto de decisões pacificadas pelos tribunais.

— É importante dizer que o nosso Código de Defesa do Consumidor contribuiu decisivamente nestes últimos 20 anos para construção da cidadania no Brasil, a partir da formação de consumidores muito mais

conscientes de seus direitos — afirmou, lembrando que, ao ser lançado, o CDC chegou a ser desacreditado. A senadora ressaltou, entretanto, que o crescimento do mercado interno brasileiro e a recente inclusão de 40 milhões de pessoas no mercado de crédito do país fazem urgente a necessidade de atualizar o código.

Marta elogiou a atitude do Senado de reunir nomes de peso para promover a modernização do código, evitando que as atualizações ocorressem de forma pontual e dispersa no Congresso.

Justiça suspende decisão do Procon-SP que interrompia vendas por três sites

A Justiça suspendeu ontem à noite a decisão da Fundação Procon de São Paulo que determinava a interrupção, por 72 horas a partir de hoje, em todo o estado, das atividades de comércio on-line dos sites Americanas.com, Submarino e Shoptime, pertencentes à B2W Companhia Global do Varejo. O Procon — que também intimou a empresa a pagar multa de R\$ 1,74 milhão — informou que irá recorrer.

O Juiz Evandro Carlos de Oliveira, da 7ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, acatou liminar da B2W, alegando que a suspensão das atividades dos sites traria à empresa “danos de

difícil reparação” e que a penalidade imposta pelo Procon à B2W poderá ter a validade reconhecida, mas ao final do processo.

Segundo o diretor executivo do Procon-SP, Paulo Arthur Góes, 6.233 reclamações foram geradas contra a empresa no ano passado, um aumento de 180% em relação a 2010. A maioria das queixas ocorreu por falta de entrega do produto ou defeito no item adquirido. “Fizemos várias tentativas chamando a empresa para o diálogo no Procon, mas o problema não foi resolvido”, disse, em nota.

(Com Agência Brasil)



No ano passado, órgão registrou 6.233 reclamações sobre os sites, 180% a mais que em 2010

Projeto foi aprovado por unanimidade e deve seguir agora para a Câmara. Relator garante que liberdade de imprensa não será atingida

Comissão aprova novas regras sobre direito de resposta na mídia

GARANTIA DE DIREITO de resposta sem ameaça à liberdade de imprensa. Esse foi o argumento que ontem garantiu a aprovação, em votação unânime na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de lei (PLS 141/11) de Roberto Requião (PMDB-PR) que regula direito de resposta ou retificação do ofendido em reportagem. O projeto segue para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Requião decidiu apresentar a proposta quando o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu vácuo jurídico ao considerar inconstitucional a Lei de Imprensa, de 1967. Ele resgatou projeto apresentado em 1996, que teve aprovação unânime do Senado, mas foi arquivado na Câmara.

— Nos últimos três anos, o Senado enviou 148 cartas à imprensa para a correção, mas nem sequer uma foi publicada — comentou Requião.

O relator, Pedro Taques (PDT-MT), apresentou parecer favorável, com emendas.

— A liberdade de imprensa deve ser cultuada, mas é bom lembrar que liberdade rima com responsabilidade. Aqui não se trata, porque seria inconstitucional, de censura prévia ou limitação de conteúdo. Trata-se só do direito de resposta — enfatizou Taques.

Na avaliação dele, a falta de norma sobre relações da mídia com a sociedade prejudica o direito de resposta assegura-

do pela Constituição. Por recomendação de Taques, o direito de resposta deverá ser exercido em 60 dias contados da data da primeira divulgação — e não da última, como propôs Requião. Sem perder de vista a proporcionalidade entre resposta e agravo, o relator eliminou a previsão de que a resposta em televisão ou rádio tivesse acréscimo de três e dez minutos, respectivamente.

O projeto estabelece ainda que o juiz terá 24 horas para mandar citar o responsável pelo meio de comunicação. A sentença deverá ser expedida em, no máximo, 30 dias após o ajuizamento da ação, salvo na conversão do pedido em reparação por perdas e danos.

Alvaro Dias (PSDB-PR) concordou que o projeto preenche lacuna jurídica e listou alguns pontos que considera essenciais na proposta.

Prova inequívoca

Por sugestão de Requião e de Demóstenes Torres (DEM-GO), Taques dispensou a exigência de prova “inequívoca” para o juiz — em decisão provisória — fixar data e demais condições para veiculação da resposta, a ocorrer em prazo não superior a dez dias. Requião temia que a expressão “inequívoca” pudesse criar litígio no processo. Demóstenes argumentou que nenhum juiz decide em caráter liminar sem prova que não tenha lastro, o que tornaria dispensável, portanto, esse termo.

Uma das preocupações de



Requião debate com Taques critérios para a retratação ser satisfatória

Retratação espontânea da imprensa evita a resposta

A proposta assegura resposta gratuita e proporcional ao agravo, mas impede o direito em caso de retratação espontânea do veículo. Fica garantida, porém, a possibilidade de ação de reparação por dano moral.

Isso não foi alterado pelo relator, mas o próprio Requião, instigado por Randolfe Rodrigues, questionou o critério para considerar satisfatória a retratação espontânea. O parlamentar indagou se não seria inconstitucional o fato de a atitude

voluntária do veículo inviabilizar o direito de resposta.

Taques não vê risco de inconstitucionalidade se a retratação espontânea ocorrer de modo proporcional ao agravo, ou seja, for divulgada com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão.

Em resposta a Requião, observou que o ofendido é quem vai avaliar se a réplica voluntária cumpriu as exigências. Caso não se sinta atendido, poderá contestar na Justiça.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) acolhida por Taques relacionava-se à obrigatoriedade de quem garantiu direito de resposta por liminar, com a decisão revista em sentença, arcar com as custas processuais e despesas pela veiculação. Taques explicou que a pro-

vidência tinha a intenção de evitar ações temerárias (sem fundamento) contra a mídia, inclusive com fins políticos. A solução para resguardar o cidadão de boa-fé foi dada por Demóstenes: imputar a taxa apenas em caso comprovado de ação temerária.

Jarbas: reabertura de casos da ditadura

A reabertura dos casos de 39 desaparecidos no regime militar (entre eles o ex-deputado Rubens Paiva, em 1971) foi comemorada por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). O senador elogiou as posições do promotor Otávio Bravo — para quem a Lei da Anistia não encerrou tais casos, já que crime de sequestro não prescreve até que a pessoa ou o corpo seja encontrado — e da subprocuradora Raquel Dodge, que ajuizou ação contra o oficial da reserva Sebastião de Moura, o Curió, pelo sequestro de cinco integrantes da Guerrilha do Araguaia.



Lauro Antônio diz que audiência em Aracaju discutirá seca

Lauro Antônio (PR-SE) convidou parlamentares e cidadãos para audiência da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste que ocorrerá na segunda-feira, em Aracaju.

A subcomissão está promovendo visitas à região abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O senador informou que o Projeto Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Naturais/Sistema Xingó, as potencialidades do turismo rural de lazer e de negócios e o combate à seca serão temas de debate.

— Encontrar a maneira sustentável e viável de diminuir ao máximo o problema da seca significa criar a possibilidade de potencializar aptidões regionais e de desenvolver uma nova perspectiva de vida — disse.

Valadares comemora licença para lavra de potássio em Sergipe

O acordo de concessão de licença ambiental à Vale, pela Petrobras, para exploração de jazida de potássio em Sergipe foi comemorado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador lembrou que, embora o Brasil seja produtor de potássio, só na agricultura a dependência das importações chega hoje a 90%.

— Do minério carnalita se extrai cloreto de potássio, insumo fundamental para um aumento na produção de alimentos. É um megaprojeto de US\$ 4 bilhões, que propiciará, na fase de implementação, a criação de 5 mil empregos — disse.

Valadares informou que, até 2015, a produção duplicará e atingirá 2,2 milhões de toneladas de adubos, diminuindo consideravelmente a necessidade de importação do país.



Mozarildo homenageia Laucides Oliveira



Pioneiro no jornalismo de Rondônia, Laucides Oliveira, que morreu no dia 7, aos 88 anos, recebeu homenagem de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para o senador, seu estado perdeu “um homem de vida ilibada e de coragem muito firme”. Laucides foi o primeiro diretor da Rádio Roraima, em 1964, e implantou a primeira emissora de televisão privada do então território, a TV Roraima. Foi responsável pelo primeiro número do *Jornal Boa Vista*, publicação oficial do governo de Roraima, e presidiu o Conselho de Cultura do estado.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo disse no Senado que exigência será mantida nos leilões destinados à implantação da banda larga móvel e da comunicação rural

Banda larga 4G terá tecnologia nacional

A OBRIGATORIEDADE DE tecnologia local no leilão das faixas de 2,5 GHz e 450 MHz — destinadas à banda larga móvel 4G e à comunicação rural, respectivamente — deverá ser mantida pelo governo. A informação é do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que ontem participou de audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Segundo o edital submetido a consulta pública pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), até dezembro de 2014, 60% dos investimentos na implantação das novas redes deverão usar produtos nacionais, dos quais 50% de acordo com o chamado processo produtivo básico (PPB) e 10% em produtos com tecnologia brasileira. O índice sobe para 70% a partir de 2017. A exigência é contestada por empresas estrangeiras, que levantam inclusive a possibilidade de recorrer à Organização Mundial de Comércio (OMC).

— Em recente viagem a Barcelona, para um encontro sobre telefonia celular, percebi que alguns estão muito incomodados com isso. Mas, se não adotarmos medidas para fomentar a produção e o desenvolvimento no país, vamos aumentar nosso problema. Temos um déficit enorme na balança comercial [desse setor]. Não achamos que isso fira condições da OMC — disse Paulo Bernardo.

Em sua apresentação aos senadores da comissão, o ministro estabeleceu entre as metas para a banda larga 4G, até maio de 2013, alcançar todos os municípios onde haverá jogos da Copa das Confederações. Até dezembro de 2013,



Bernardo, Rezende e Braga, na CCT: empresas estrangeiras contestam exigência

deverão ser atendidas todas as sedes e sub-sedes da Copa do Mundo de 2014. E, até maio de 2014, a nova banda larga deverá estar disponível em todos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Comunicação rural

Paulo Bernardo ressaltou a importância da licitação da faixa de 450 MHz, destinada à comunicação rural. A faixa será oferecida a investidores no início da licitação, prevista para junho. Caso não haja interessados, serão ofertados blocos conjuntos de 450 MHz e 2,5 GHz.

O ministro admitiu as dificuldades para implantar a rede em regiões onde há baixa densidade populacional, mas observou que a implantação do novo sistema permitirá “saldar uma dívida” com as populações do campo.

Como explicou o presidente da Anatel, João Rezende, a comunicação rural pela faixa de 450 MHz deverá atender, até dezembro de 2015, 100% dos municípios da área licitada, com acesso a dados à veloci-

dade de 256 Kbps. A partir de 2017, a transmissão de dados deverá ter uma velocidade maior, de 1Mb. O critério para essa faixa será o menor preço ao consumidor.

— A faixa de 450 MHz terá um preço simbólico. Mas vamos exigir garantias, para que a operadora não deite sobre a faixa. Não queremos aventureiros — afirmou o presidente da Anatel.

Velocidade de acesso

2,5 GHz banda larga móvel 4G	450 MHz voz e banda larga
PRAZO PARA A LICITAÇÃO	
30 de abril de 2012	
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Ampliação de acesso às telecomunicações em banda larga móvel de alta velocidade, com tecnologia de quarta geração 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atendimento de áreas rurais e regiões remotas ▶ Atendimento para acesso à internet em banda larga gratuita em todas as escolas públicas rurais situadas na área de prestação do serviço ▶ Escolha do vencedor pelo menor preço dos planos de serviço ao consumidor final ▶ Obrigação de fornecer infraestrutura a baixo custo às prestadoras sujeitas às metas de universalização
METAS	
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Construção de torres e infraestrutura de suporte para a autorizada de 450 MHz ▶ Maio/2013: municípios-sede da Copa das Confederações ▶ Dez./2013: sedes e sub-sedes da Copa do Mundo de 2014 ▶ Maio/2014: municípios com mais de 500 mil habitantes ▶ Dez./2015: municípios com mais de 100 mil habitantes ▶ Dez./2017: municípios com mais de 30 mil habitantes ▶ Dez./2019: municípios com menos de 30 mil habitantes, com atendimento à taxa de 30% ao ano a partir de 2017 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Velocidade mínima de 256 Kbps para <i>download</i> ▶ 2013: 30% dos municípios e escolas públicas (acesso gratuito), em raio de 30 quilômetros do distrito-sede ▶ 2014: 60% dos municípios e escolas públicas (acesso gratuito), em raio de 30 quilômetros do distrito-sede ▶ 2015: 100% dos municípios e escolas públicas (acesso gratuito), em raio de 30 quilômetros do distrito-sede ▶ 2018: velocidade mínima de 1 Mbps para <i>download</i>

Fonte: Ministério das Comunicações

Crescimento surpreendeu empresas, diz ministro

O ministro Paulo Bernardo disse na audiência de ontem que algumas empresas foram surpreendidas pelo crescimento de 103% da banda larga móvel no último ano e não se prepararam para os investimentos necessários.

— Temos de empurrá-las para fazer investimentos — afirmou o ministro.

Ele fez a análise em resposta a Eduardo Lopes (PRB-RJ). O senador perguntou como o governo pretendia evitar que se repetissem na implantação

da banda larga 4G os mesmos atrasos verificados na rede de terceira geração (3G).

Eduardo Suplicy (PT-SP) também questionou a qualidade dos atuais serviços de banda larga no país. E o ministro admitiu que a internet no Brasil “ainda tem muitas deficiências”. Mas afirmou que o serviço tem melhorado e tende a ficar mais barato.

Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou a importância da faixa de 450 MHz para os beneficiados por programas

sociais no interior, como os de microcrédito e do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Na sua opinião, a comunicação rural poderia ser associada a novos programas sociais, como o de distribuição de *tablets* para professores da rede pública.

O presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), ressaltou o papel das telecomunicações para o crescimento do país, que, já em 2013, poderá ser a quinta maior economia do mundo.

Alvaro quer que ministro Pimentel venha ao Senado para esclarecimento



Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), que apoie requerimento da oposição para comparecimento do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, para dar esclarecimentos sobre supostas irregularidades em licitação quando era prefeito de Belo Horizonte.

Na avaliação de Alvaro Dias, o fato de o Ministério Público ter apresentado denúncia contra Pimentel no Supremo Tribunal Federal deveria servir de justificativa para que o Senado também iniciasse investigação.

Ana Amélia dá as boas-vindas a ministro do Desenvolvimento Agrário



Ana Amélia (PP-RS) elogiou o discurso de posse do novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, em que prometeu investimentos para assegurar a permanência dos jovens nas pequenas cidades e nas propriedades rurais de agricultura familiar.

Para ela, Pepe Vargas tem totais condições de enfrentar o desafio.

A senadora lamentou que não tenha havido menção a Francisco Turra, ministro no governo Fernando Henrique Cardoso que lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Lídice pede ao governo mais investimentos federais na Bahia



Lídice da Mata (PSB-BA) pediu à presidente Dilma Rousseff mais investimentos nas regiões da Bahia atingidas pela seca e na construção do novo aeroporto de Vitória da Conquista e do metrô de Salvador. Também reivindicou recursos para construção de pontes e melhorias na malha ferroviária.

— Temos confiança de que a presidente Dilma dará condições para a continuidade do desenvolvimento da Bahia e do papel de liderança da economia do Nordeste que a Bahia tem e teve até agora — afirmou.

Flexa Ribeiro cobra conclusão das obras da hidrovía do rio Tocantins



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou do governo federal a conclusão da construção de hidrovía no rio Tocantins. Ele observou que, mesmo com a entrega das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí em 2010, pelo ex-presidente Lula, a navegabilidade no rio Tocantins durante todo o ano ainda não é possível, devido à falta de liberação de recursos para as obras de derrocamento do Pedral do Lourenço.

Em razão da existência do obstáculo à navegação no rio, segundo o senador, as eclusas ainda não estão funcionando.

Magno Malta critica proibição de lutas de MMA na TV

Magno Malta (PR-ES) criticou projeto de lei do deputado José Mentor (PT-SP) que proíbe a transmissão de lutas marciais pela televisão (PL 5.534/09). Segundo o senador, a mistura de artes marciais, conhecida como MMA, cresce mais que o futebol nas TVs.

— Temos no país o maior lutador de todos os tempos, Anderson Silva — disse.

Malta afirmou que conhece bem o esporte, já que sua instituição de recuperação de drogados tem treinamento de MMA. Ele disse que já viu mortes ao vivo em transmissão de automobilismo e fratura exposta em jogo de futebol. Também criticou o fato de fabricantes de álcool e fumo patrocinarem esportes.

Segundo Malta, os praticantes de MMA são atletas preparados e as lutas têm tirado centenas de homens das ruas e das drogas.



Malta diz que esporte combate drogas

Humberto comemora programa anticrack em Pernambuco

A adesão de Pernambuco e do Recife ao programa do governo federal de combate ao crack e outras drogas foi elogiada por Humberto Costa (PT-PE). Para o senador, um dos grandes méritos do plano é atuar em três eixos complementares: saúde, segurança e desenvolvimento social.

Entre as ações de saúde a serem desenvolvidas no Recife, ele citou o aumento de leitos de desintoxicação e a criação de um novo centro de atenção psicossocial em álcool e drogas 24 horas. Segundo Humberto, em todo o Brasil serão investidos mais de R\$ 4 bilhões no combate ao crack e drogas até 2014, e Pernambuco contará com investimentos de até R\$ 4,8 milhões para cursos presenciais e a distância voltados para escola, profissionais de saúde e segurança, operadores de direito e comunidade.



Humberto: investimentos até 2014



Vanessa (D) defende texto sobre erros na administração de remédios, em reunião da CAS, presidida por Jayme Campos (E)

Hospital deverá se prevenir contra erros de medicação

Aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, proposta obriga hospitais a instituir programa e comissão de prevenção de erros de medicação. Atualmente, apenas 25% dos casos são notificados

OS HOSPITAIS PODEM ser obrigados a instituir programa de e comissão de prevenção de erros de medicação. É o que determina projeto de lei de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa — que dispensa análise pelo Plenário.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 605/11 permite que os hospitais constituam comissão única que cuide das infecções hospitalares e dos erros de medicação.

Para isso, a proposta modifica a lei que trata do Programa de Controle de Infecções Hospitalares (Lei 9.431/97).

Proposta eleva rigor contra falsificação de medicamento

Os estabelecimentos que falsificarem ou adulterarem medicamentos, cosméticos e saneantes poderão ser interditados por prazo superior a 90 dias, que é o prazo previsto na legislação atual, se a Câmara aprovar o substitutivo a projeto de lei (PLS 464/11) de Humberto Costa (PT-PE) acatado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De acordo com o autor do substitutivo, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), as atividades devem ficar suspensas pelo tempo necessário à realização de testes, provas e análises.

Comissão debaterá conservação de alimentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência pública para discutir riscos de descumprimento das regras de conservação dos alimentos comercializados.

Autor do requerimento do debate, Cyro Miranda (PSDB-GO) disse acreditar que não estão sendo observadas regras

A relatora da matéria na CAS, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que, pelo envolvimento de vários profissionais na administração de medicamentos, o processo é passível de erros. Além disso, lembrou a parlamentar, o paciente pode interferir no tratamento quando não segue as recomendações.

Para Vanessa, é preciso prevenir os erros e não apenas punir os responsáveis, que, muitas vezes, trabalham com problemas estruturais. Ao longo dos procedimentos, avaliou, podem acontecer equívocos na prescrição, no fornecimento à pessoa errada, na dose, no horário ou

Aprovado texto sobre trabalho do técnico em radiologia

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de técnico em radiologia. A proposta abrange bacharéis em Ciências Radiológicas e tecnólogos em Radiologia. O texto precisa ser votado em turno suplementar. A matéria é um substitutivo da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), elaborado a partir de projeto (PLS 26/08) de Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar argumenta que a evolução da radiologia exigiu a ampliação e diversificação da formação dos profissionais da área.

para conservação de alimentos que devem ser mantidos sob refrigeração:

— Está acontecendo por esse Brasil a fora uma descontinuidade na temperatura dos alimentos quando saem da fábrica, seja no transporte ou nos supermercados, que desligam os freezers à noite. E o alimento então fica

na via de administração, entre outras possibilidades.

A parlamentar observou que os eventos não são inteiramente notificados em razão da abordagem predominantemente repressora. De acordo com estudo da Universidade de São Paulo (USP), apenas 25% dos erros são relatados e só quando há dano ao paciente.

— Da mesma forma que a obrigatoriedade de programas de controle de infecção hospitalar representou um marco para a profilaxia, espera-se que a criação de programas semelhantes para abordar os erros de medicação tenha o mesmo resultado.

Estímulo ao parto normal passa em primeira votação

A garantia do direito das pessoas a informação sobre seu estado de saúde e o estímulo ao parto normal estão entre os princípios fundamentais a serem observados pelos planos de saúde. Projeto de lei com esse objetivo, de Humberto Costa (PT-PE), foi acatado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Como foi aprovado por meio de substitutivo de Ana Amélia (PP-RS), o projeto (PLS 475/11) ainda depende de votação em turno suplementar. A decisão do colegiado é em caráter terminativo (não depende do Plenário).

impróprio para o consumo, pior do que aquele que está com prazo de validade vencido.

Serão convidados para a audiência representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dos supermercados e dos bares e restaurantes, entre outros. A data do debate ainda será marcada.

Paulo Bauer propõe aperfeiçoamento da gestão do FGTS

Mudanças na forma como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é gerido e nos critérios de distribuição dos resultados para as contas vinculadas foram propostas por Paulo Bauer (PSDB-SC).

O senador apresentou projeto (PLS 49/12) determinando que o Conselho Curador do FGTS tenha participação paritária entre os representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores.

— O fato de o conselho ter mais representantes do governo, como é hoje, pode gerar desequilíbrio e tornar suas decisões pendentes aos interesses governamentais — disse.

Bauer também propõe (PLS 48/12) distribuir parte dos ganhos do fundo entre os cotistas, com remuneração para cada conta conforme o resultado apurado em cada exercício financeiro, gerando mais rendimento para os trabalhadores.



Paulo Bauer: em busca de equilíbrio

Davim apoia 6 horas diárias de trabalho para enfermeiros

A regulamentação da jornada de trabalho para enfermeiros foi defendida ontem por Paulo Davim (PV-RN). Ele pediu a deputados que votem o Projeto de Lei do Senado 161/99 (PL 2.295/00, na Câmara), que fixa a jornada de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem em, no máximo, 6 horas diárias e 30 horas semanais.

— Enfermeiros postulam há mais de uma década a regulamentação da jornada — disse.

Davim advertiu que a sobrecarga de trabalho dos profissionais de saúde pode gerar erros no atendimento.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou o pedido de Davim, que também defendeu projeto de lei de sua autoria que concede duas férias de 20 dias aos profissionais da saúde que trabalham nas emergências dos hospitais (PLS 144/11).



Sobrecarga pode gerar erros, diz Davim